

PARA LER HEGEL:
aspectos introdutórios à Fenomenologia do Espírito
e à teoria do reconhecimento

Orientador:

André Peixoto de Souza

Co-autores:

Alex Sandro Albuquerque de Oliveira

Andréia Scarpim

Bruno Krüger Pontes

Ellen Damaris Lima Real de Aquino

Jaide Mandolini Barone Bueno Mendes

Luiza Miranda Xavier Barcick

Patrícia Rodrigues

Paulo José da Rocha Nunes

Rafael França Bittencourt de Rezende

Rita de Cássia Rocha Veiga

Shirley Cristina Kozłowski Simonsen

Linha de Pesquisa “Leitura dos Clássicos”, FCJ/UTP, 2010.

Introdução

O texto presente surgiu da proposta de implantação de uma Linha de Pesquisa em “Leitura dos Clássicos”, vinculada à Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná, como atividade complementar à formação do bacharel em Direito.

Desde outubro de 2009 o “grupo” se reúne periodicamente para debater, num primeiro plano, a “Fenomenologia do Espírito” de Hegel. Sentindo a dificuldade do texto original, buscou-se introduzir a leitura a partir de seu tradutor brasileiro, o Prof. Paulo Meneses, acompanhado dos mais variados intérpretes da filosofia hegeliana, em especial o Prof. Jean Hippolyte, do *Collège de France*.

Esse estudo, em verdade preparativo à compreensão do materialismo histórico de Marx, que recebeu evidente fundamento na dialética hegeliana, acabou por servir aos

participantes do “grupo” como linha introdutória à própria leitura da “Fenomenologia”. É justo, pois, que o estudo seja disponibilizado para o debate pertinente.

Na forma de artigo, articulou-se, portanto, o contexto histórico da Prússia nos séculos XVIII e XIX e a conseqüente formação e consolidação do Estado Nacional Alemão, em fins dos séculos XIX e XX. A partir disso foi possível identificar as principais características do idealismo alemão, “escola” desde já fundada por Hegel e outros filósofos germânicos. A abordagem da “filosofia da história” de Hegel vem à tona com a contextualização histórica da produção hegeliana, aliada a uma breve biografia do filósofo.

O encerramento do texto permite a visualização das principais “chaves” conceituais para compreensão da “Fenomenologia do Espírito”, com especial atenção aos conceitos de dialética, consciência-de-si e reconhecimento, *aufheben* e espírito (*Geist*).

1. O contexto histórico da Prússia na segunda metade do séc. XVIII e suas consequências

a) Identidade nacional alemã¹

Ao analisar os aspectos que contribuíram para com a formação da cultura alemã e conseqüentemente para com a formação da identidade nacional alemã, é importante destacar o militarismo e a localização como sendo pontos de maior relevância.

Norbert Elias, em seu estudo sobre particularidades que constituíram a formação da cultura alemã, trouxe à tona um novo conceito o qual denominou *habitus*, cujo significado é “segunda natureza ou saber incorporado”.

A localização e as mudanças estruturais do povo, que hoje conhecemos como alemão, tiveram fundamental importância na formação de sua identidade nacional, desde o idioma de origem germânica, inicialmente falado por estes, assim como as intensas lutas com povos vizinhos, cujo idioma derivava do latim. A Alemanha, por ter um posicionamento intermediário com relação às outras sociedades, causava nestas

¹ Capítulo baseado em ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

certa apreensão, pois durante os tempos de lutas entre esses povos, a alteração de suas fronteiras eram constantes: ora a leste, ora a oeste.

Países como Inglaterra e França passaram por transformações significativas no período medieval, o que posteriormente fez destes estados compactamente integrados, com um regime monárquico absoluto, acarretando assim um fortalecimento nas lutas pelo poder. Já na Alemanha, não existiu esse equilíbrio, o que enfraqueceu a figura do imperador e ocasionou a valorização dos príncipes regionais. “Os alemães” caminhavam em sentido contrário ao restante da Europa, pois nestes países tornava-se cada vez mais forte a centralização do poder. As lutas de eliminação eram frequentes entre os reis da Prússia e governantes de habsburgo da Áustria. No século XIX, Bismark reiniciou essas lutas. O seu objetivo era a hegemonia dentro das fronteiras do antigo império alemão. Tal artifício deu origem a uma manipulação da violência física como instrumento de poder, enquanto que muitos estados vizinhos à Alemanha constituíam monarquias centralizadas e pacíficas. Na Alemanha, o que existia era uma vaga integração, que mais tarde se mostrou como fraqueza estrutural e convite a invasões. Com as desgastantes guerras religiosas do século XVI e os choques dos príncipes regionais protestantes com a casa imperial católica, a Alemanha passou a ser palco de inúmeras batalhas por supremacia, o que levou o povo alemão a um empobrecimento. Estima-se que um terço da população da época foi morta na Guerra dos Trinta Anos, e deixou marcas permanentes no *habitus* alemão, diferentemente de outros povos como os holandeses, franceses e ingleses. O século XVII foi um dos melhores para estes três últimos povos, quando ocorreu um crescimento criativo, cultural e civilizatório. Já para a Alemanha, este foi um período de empobrecimento cultural que proporcionou um aumento significativo da brutalidade entre as pessoas.

A estrutura da Alemanha encontrava-se fragilizada, o que servia como estímulo para que tropas dos estados vizinhos tentassem invadi-la, obrigando os alemães a adotar uma conduta militar em que as ações bélicas passaram a ser idealizadas e respeitadas, pois dessas ações dependiam o sucesso e a própria existência alemã.

No período clássico alemão, a filosofia e a literatura representavam uma diferença entre a classe média e a aristocracia no desenvolvimento social. Havia uma rejeição desta classe para com as atitudes e valores militares praticados pela aristocracia. Esta rejeição, com relação às atitudes militares da nobreza, posteriormente impossibilitou o acesso da classe mediana às atividades políticas e militares. No século XVIII, conflitos como este possuíam caráter político, civilizacional e de certa forma

econômico. A influência do humanismo idealista alemão foi determinante nas políticas de oposição da classe média – o idealismo liberal e o conservadorismo nacionalista –, sendo reconhecidas no século XIX para o escopo da unificação alemã, o que acarretaria o fim dos “estados pequenos”.

b) Contexto histórico anterior e posterior a Hegel

O propósito deste tópico é a análise sistemática do contexto histórico da Alemanha anterior e posterior a Hegel, com fins de situar-se a dinâmica sócio-histórica a qual Hegel viveu e criou suas obras. A análise se dará de forma a verificar o passado breve anterior ao nascimento de Hegel, e pequena parcela futura, posterior a sua morte. Todo texto será datado para a correta localização histórica e suas descrições.

Em 1701, a Prússia se torna Reino da Prússia. Após grandes batalhas, incluídas aí a Guerra dos Sete Anos, a Prússia torna-se um reino composto pela Áustria e Silésia, configurando-se como a potência militar mais poderosa do leste europeu. Durante este período estabeleceu-se a grande máquina militar prussiana e uma eficiente burocracia estatal (instituições que viriam a formar a base do Estado alemão até 1945).

O novo reino da Prússia era muito pobre, não tendo se recuperado totalmente das inúmeras guerras travadas ao longo de quase um século, e sua população estava sendo vitimada e dizimada pela peste bubônica.

Em 1740, Frederico o Grande chega ao trono prussiano, depois de um bem elaborado plano estratégico de tomada de poder que consistiu em ganhar apoio dos aristocratas proprietários de terras e de um pretense tratado firmado em 1537 que lhe fez tomar terras restantes na Silésia; invadiu também a Boêmia. Após isto iniciou uma série de batalhas contra Áustria, França, Rússia e Suécia, logrando êxito na sua maioria, fato que erigiu no respeito a Frederico como grande estrategista militar, o que deu à Prússia o *status* de grande potência militar européia. Frederico, após estes feitos, viveu seus últimos anos como um governante pacífico.

Em 1786 morreu Frederico o Grande e assumiu seu sobrinho Frederico Guilherme II que deu continuidade às partições anexando grande parte da Polônia ocidental. Em 1795, a Prússia já possuía uma enorme extensão territorial.

Napoleão Bonaparte destruiu a então constituída “grande Prússia”, e como consequência a Prússia perdeu quase metade de seus territórios, e o que restou do reino

prussiano foi ocupado pela França que cobrava a manutenção de suas tropas em território prussiano.

Este fato forçou a Prússia a aderir ao Bloqueio Continental, que consistia no fechamento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês. Napoleão pretendia, dessa forma, enfraquecer a economia inglesa, que monopolizava o mercado consumidor europeu com seus produtos manufaturados. Com essa medida, Napoleão buscava garantir mercados consumidores para as manufaturas francesas.

Quando Napoleão foi derrotado, a Prússia se desobrigou do tratado, tornando-se novamente uma nação “livre”.

Em 1815, no Congresso de Viena, a Prússia teve a oportunidade de recuperar a maior parte de seus territórios e ainda acrescentar quarenta por cento do Reino da Saxônia. Com esses ganhos, a Prússia se reorganizou na nova Confederação Germânica que era dividida em treze províncias, cada qual com um sub-regente.

Durante meio século após o Congresso de Viena, alguns conflitos de idéias atrapalharam a Confederação Germânica, porém, em 1848, foi oferecida a coroa a Frederico Guilherme IV que, ao aceitá-la, iniciou mudanças políticas, criando a primeira Constituição da Prússia, a qual foi imposta ao Parlamento, estipulando um parlamento bicameral dividido em Câmara Baixa (composta por aqueles que pagavam impostos e tinham peso de voto de acordo com o montante de impostos pagos), e a Câmara Alta (indicados do rei).

Após um esgotamento nervoso, segundo consta, o irmão de Frederico Guilherme IV, Guilherme, assumiu o poder, em 1862, mas seu reinado foi conflituoso e Guilherme foi obrigado a nomear Otto Von Bismarck como seu primeiro-ministro.

Bismarck assumiu o cargo e iniciou reformas militares e acordos com outros ministros apaziguando a situação do reino prussiano. O sucesso de Bismarck, através de batalhas que alargaram territórios prussianos, estabilizou a economia, e os conflitos levaram a Prússia, em 1867, a criar a Confederação da Alemanha do Norte. Bismarck criou também uma nova Constituição, que seguiu os moldes da anterior, porém, com plenos poderes a ele mesmo para delegar funções e cargos durante seu governo.

O novo império de Bismarck era uma das entidades mais poderosas da Europa Ocidental, mas ele percebeu que o resto da Europa estava cética em relação a seu novo *Reich* e direcionou sua atenção para a preservação da paz através do Congresso de Berlim, que consistiu em fortalecer relações com o Reino Unido e Irlanda.

Quando Guilherme II, em 1888, assumiu, através de sucessão hereditária, a coroa da Alemanha, exonerou Bismarck de seu cargo e iniciou uma grande campanha de militarização alemã, quebrando tratados e criando conflitos com outros reinos. Estes atos levaram ao desastre da Primeira Guerra Mundial.

c) Contexto político alemão

Uma das principais características da “Alemanha”, desde a época medieval, é sua descentralização de governos. O povo alemão viveu durante muitos séculos tendo regentes autoritários que comandavam pequenas regiões e isto gerava constantes conflitos e instabilidades nos reinos, levando a população ao descrédito total em relação a uma possível ordem social.

A Alemanha, neste ambiente politicamente instável, ansiava por uma coesão social e uma suposta paz de tantos conflitos, porém, o propósito dos regentes era o fomento da guerra para conquista de novos territórios. Isso desenvolveu no povo alemão uma grande capacidade militar, gerando tecnologias e estratégias de guerra poderosas para o contexto da época.

Estes adventos tecnológicos e instabilidades sociais constantes fizeram com que Bismarck se aproveitasse do fato para criar um reino unificado, de prosperidade, e principalmente de “paz”. Todavia, a aptidão de um povo para a guerra, se é que se pode chamar isto de aptidão, levou o povo alemão novamente a focar seus esforços no militarismo.

A conjunção de fatores como militarismo e desunião fizeram do povo alemão uma nação de “guerreiros”, isto é, de povos que aprenderam apenas a batalhar sem saber organizarem-se como um Estado coeso e constitucionalmente consistente. A combinação disto é um *Reich*, Estado alemão voltado para a grandeza, porém, desconhecendo qualquer outra forma de atingir o objetivo a não ser pela guerra.

c) Estado Nacional Alemão e Nacional-Socialismo

- *Contexto das guerras mundiais*

Durante o período de 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia em 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão em 14 de

agosto de 1945, quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante, dá-se início à Era dos Extremos¹. A primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e, não somente, todos os estados Europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, os três países da Escandinávia e Suíça. Fato é de conhecimento que a Segunda Guerra Mundial foi global: quase todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal.

Na Primeira Guerra Mundial, o plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente. A Alemanha planejava uma campanha-relâmpago, o que seria, na Segunda Guerra Mundial, chamado de *blitzkrieg*. O plano quase deu certo. O exército alemão avançou sobre a França, atravessando a Bélgica, que se mantinha neutra, e só foram detidos algumas dezenas de quilômetros a leste de Paris, junto ao rio Marne, cinco ou seis semanas depois de declarada a guerra (em 1940, o plano viria a dar certo).

Os alemães com armas químicas introduziram o gás venenoso ao campo de batalha, o qual se revelou bárbaro e ineficaz. Vale citar que foi o único caso autêntico de repulsa humanitária governamental a um meio de se fazer guerra à Convenção de Genebra de 1925, onde o mundo se comprometia a não usar da guerra química. Em 1914-8 ficou claro que os dois lados, incapazes de derrotar um ao outro, decidiram matar de fome os civis do adversário e como todos os suprimentos da Grã-Bretanha eram transportados por mar, parecia viável estrangular as ilhas britânicas mediante uma guerra submarina cada vez mais implacável contra os navios.

O poderio militar Alemão, tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial era impressionantemente superior a qualquer outro. Pelo simples fato dessa superioridade, poderia ter sido decisiva a partir de 1917 se os países aliados adversários não pudessem se valer dos recursos praticamente ilimitados dos EUA. No leste a Alemanha assegurou a vitória total, expulsando a Rússia de seus territórios europeus. Pouco após impor a Paz Punitiva de Brest-Litowsk (em março de 1918), o exército alemão se concentrou no Ocidente, rompendo a Frente Ocidental e avançando novamente até Paris. Se não fosse os EUA a trazer reforços e equipamentos para os aliados se recuperarem, tudo estaria perdido. Era o último lance de uma Alemanha exausta, que se sabia perto da derrota. Os aliados começaram a avançar no verão de 1918, o fim estava próximo e era questão de semanas. Potências Centrais admitiriam a

derrota, como desmoronaram. Veio a Revolução Alemã², que percorreu a Europa no outono de 1918, do mesmo modo que varrera a Rússia em 1917. Nenhum dos governos permaneceu entre as fronteiras da França e o mar do Japão e certamente nenhum dos países derrotados escapou da revolução, injetada pela crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial que abalava a Alemanha. Com a Revolução, os comunistas controlaram a região da Baviera, no sul, onde fundaram uma República Socialista e tentaram expandir o movimento. Tal como na Rússia, aboliram a propriedade privada dos latifúndios e das fábricas na República Socialista da Baviera. No entanto, foi um governo revolucionário de vida curta no estado alemão da Baviera, e a Revolução acabou sendo sufocada pelo governo social-democrata, através do grupo paramilitar Freikorps, retomou o controle suprimindo a extrema esquerda, que era liderada pela Liga Espartaquista.

Perante as origens do Segundo Conflito Mundial, jamais se duvidou de que a Alemanha, Japão e (mais hesitante) a Itália foram os agressores. Em termos mais simples, a pergunta sobre, ou o que, causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler. A situação mundial criada pela Primeira Guerra era imediatamente instável, sobretudo na Europa, mas também no Extremo Oriente e, portanto não se esperava que a “paz” durasse. A insatisfação com o *status quo* que não se restringia aos Estados derrotados, embora estes, notadamente a Alemanha, sentissem bastantes motivos para ressentimentos, como de fato tinham. A Segunda Guerra Mundial foi organizada de forma a racionalizar as formas de matar. Ao mesmo tempo em que apressou a revolução tecnológica, mas não necessariamente modificou a vida das pessoas. Serviu para alavancar ainda mais a industrialização e a produção em massa. Que tornou a guerra impessoal, não se matava mais pessoas e sim estatísticas.

Conclui-se então que a Alemanha uniu-se em um Estado Unitário, sem povo, sem nunca ter vivido realmente como nação, apenas como um aglomerado de províncias conflitantes que se depara com a situação de reger-se sem conflito, algo que está no âmago de sua história perante 800 anos de batalhas e guerras internas. Neste panorama forma-se o Estado alemão, e sua extrema dificuldade de se construir socialmente, pois, de fato, o que o povo alemão sabia fazer de melhor era a guerra. Eis que então, estoura a Primeira Guerra, a grande batalha dos alemães como nação a qual têm seus planos frustrados e são colocados a uma situação humilhante, econômica e socialmente falando. A crise de identidade do povo alemão pós Primeira Guerra era um fato

atormentador a toda população, com esta, um partido político nascido justamente nesta época, se aproveita da momentânea fragilidade e cria uma megalomania induzindo tanto a nação alemã quanto seu povo, e o grande líder deste partido foi ninguém menos que Hitler.

Hitler, mesmo que com discursos distorcidos da realidade, conseguiu trazer ao povo alemão novamente a sensação de grandeza e convenceu a todos que a nação alemã deveria retomar seu lugar na cadeira de majestade do mundo. Com tais fatos, dá-se início a Segunda Grande Guerra Mundial que mudou radicalmente a forma de relação entre as nações.

- A “questão judaica”

Marx, em seu livro, “A Questão Judaica”, contrapõe Bruno Bauer na questão da emancipação dos judeus politicamente no Estado alemão.

Bruno Bauer afirma que os judeus não podem possuir uma emancipação política como cidadãos, pois os mesmos teriam os privilégios desta emancipação, mas não as responsabilidades. Bauer expressa este pensamento dizendo que os judeus, sendo de uma religião diferente da religião instituída pelo povo alemão e pelo Estado Alemão da época, não teriam como se enquadrar, pois teriam de abrir mão de sua religião para se tornarem integrantes plenos do Estado alemão. Teriam de, para se tornarem cidadãos, assumir a posição do alemão, católico, defensor e contribuinte do Estado alemão. Sendo assim, para Bauer seria impossível a ocorrência dos judeus no Estado alemão, pois os mesmos não teriam como abrir mão de sua condição religiosa e nem mesmo de sua condição de sociedade civil judaica organizada. Para Bauer a condição do judeu de ser judeu pesa muito mais que a de ser cidadão.

Marx inicia seu contraponto afirmando que um Estado, que se constitui politicamente com normas e leis, ainda tem seus cidadãos como súditos, mesmo que estes acreditem e respeitem o poder do Estado. Para Marx o Estado ou a organização política de uma nação não está em primeiro lugar; o que vem em primeiro lugar é a responsabilidade humana individual, da pessoa como contribuinte e mantenedora de uma união social com fins de convívio harmonioso e solidário. Marx nos diz que o ser humano é antes individualmente responsável por seus atos, e somente após obter a possibilidade de reger-se é que poderá se tornar ser comunitário, contribuindo de forma efetiva para o bem estar social de uma comunidade.

O Estado em Marx é um Estado formado, não por políticas e sim por pessoas que decidem e definem qual deve ser a forma do mesmo “funcionar”, sendo assim, Marx diz que o problema dos judeus não é sua religião e sim sua incapacidade de enxergarem-se como pessoas comunitárias, isto é, pessoas que dispõem de seu trabalho ou seu tempo para o bem estar da comunidade. Ele afirma que os judeus são egoístas, pois vivem para o dinheiro e não para a comunidade, diz também que o dinheiro é o verdadeiro deus dos judeus, que estes se regem pela acumulação e pouco se preocupam com a sociedade.

Ser católico ou ser judeu, para Marx, de nada importa se não houver cooperação. Sem cooperação individual e coletiva de toda uma sociedade, não há política verdadeira, apenas ditames que são obedecidos e cultuados pela massa.

Em suma, Marx se opõe a Bauer, pois Bauer embasa todo seu raciocínio em cima da religião e Marx embasa seu raciocínio no ser humano dizendo que este é que possui a capacidade ou não de se organizar e formar um Estado forte, justo e igualitário onde se possa viver não só visando o próprio bem estar, mas o bem estar da coletividade.

d) Idealismo alemão

Antes de entrar propriamente no estudo do idealismo alemão, resta, num primeiro momento, fixar do que trata o idealismo. Este, sob um viés filosófico, é a doutrina ou o movimento que concebe que a ideia é a essência da realidade, isto é, que o real é redutível à ideia.

Assim, o idealismo alemão pode ser considerado como uma espécie de idealismo, tendo por representantes Kant, Fichte, Schelling e Hegel. Sistemáticamente, o idealismo alemão tem seu primeiro momento com o idealismo transcendental de Kant e Fichte; o segundo momento, do idealismo objetivo, corresponde à Schelling; e, o terceiro, do idealismo absoluto, é atribuído a Hegel.

- *Immanuel Kant (1724 – 1804)*²:

² Resenha baseada na obra de: GILES, Thomas Ranson. *Introdução à Filosofia*. 3ª ed., São Paulo: EPU, 1979.

Juntamente com Fichte, Kant foi representante do idealismo transcendental e defendia que conhecer não é refletir uma realidade exterior, como pretende o realismo, nem tampouco é conhecer as coisas através das ideias, como pretendia o idealismo anterior. Conhecer é, sim, enquadrar nas formas *a priori* da sensibilidade ou do entendimento. Isto é, Kant defende que o sujeito é dotado de um conhecimento pré-constituído, que independe da experiência; nesse sentido, Kant explica, na *Crítica da Razão Pura*, que o entendimento *a priori* antecipa “a forma de uma experiência possível em geral”.

Para Kant, é o homem o princípio da explicação, ou seja, é o sujeito cognoscente que se coloca como figura central nas questões acerca do conhecimento. Mas Kant não trata esse sujeito como sujeito individual, singular, mas como sujeito universal, isto é, aquele estruturado pela razão universal e *a priori* – o que Kant denominou Sujeito Transcendental –, de modo que pretende demonstrar que o sujeito detém uma razão universal que antecede e independe do conhecimento do objeto.

É sabido que, desde Sócrates, os pensadores buscam a certeza, buscam descobrir como os juízos certos são possíveis. Rechaçando a afirmação de Hume, de que esses juízos não podem ser resultado da simples análise de nossas ideias, Kant defende que não resta dúvida de que tais juízos têm origem na experiência. No entanto, esclarece que aquilo que observamos na experiência não tem origem, necessariamente, na experiência. Com isso, Kant pretende demonstrar que o conhecimento resulta da sensibilidade e do intelecto, conjuntamente, de modo que há a união da intuição e do conceito.³ Disto decorre o dualismo kantiano.

De Kant, Hegel herdou a distinção entre o entendimento e a razão, e a ideia transcendental que considera os conceitos *a priori* em relação aos objetos.

- *Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814):*

³ Nesse sentido, GILES, Thomas Ranson, *op. cit.*, p. 71: “A nossa percepção de objetos dispostos no espaço e perdurando no tempo é a primeira e mais importante realização do ato inicial da sensibilidade. O espaço e o tempo não são características do mundo (se mundo pudermos chamá-lo), independentes da nossa mente. São contribuições nossas, constituídos no ato de observar o mundo, são necessários e universais, isto é, *a priori*, absolutamente independentes da experiência, opostos ao empírico ou, *a posteriori*, aqueles que só são possíveis mediante a experiência, que nunca fornece juízos com uma universalidade verdadeira e rigorosa, mas apenas com generalidade suposta e relativa”.

Também representante do idealismo transcendental, Fichte teve seu pensamento influenciado pelo kantismo e pela Revolução Francesa. Isto não significa que anuiu com todo o pensamento de Kant, porquanto buscou, em verdade, superar as contradições deste último: se conhecer é transformar, como pretendeu Kant, jamais seria possível ultrapassar os limites da subjetividade, jamais poderia o indivíduo transcender-se a si próprio, tornando-se o mundo a criação do sujeito. Desenvolve a crítica valendo-se do processo dialético, fomentando que, para conhecer, é necessário converter a “coisa em si” em “coisa para nós”. A afirmação do eu (tese), implica sua negação (antítese) e, em seguida, a negação da negação (síntese). Importante ressaltar que, embora o pensamento conduza à outra conclusão, o momento decisivo dessa dialética não é a síntese, mas, sim, a antítese – a contradição – uma vez que a autoafirmação do eu – tese – na síntese, somente ocorre pela contradição – antítese.

Nesse ponto Fichte é criticado por Hegel, que acusa aquele de não alcançar uma síntese autêntica, visto que esvazia o eu, cujo conteúdo é o não eu (natureza) e, a natureza, cujo conteúdo é, tão-somente, a negação do eu: o eu de Fichte é, portanto, abstrato.

Hegel herdou desse filósofo somente a noção da dialética como afirmação na tese, negação na antítese, e negação da negação na síntese.

- *Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775 – 1854):*

Representante do idealismo objetivo, Schelling foi o primeiro a realizar, sistematicamente, uma estética. Schelling se coloca em oposição ao idealismo moral fichtiano. Ao passo que, para Fichte, a intuição intelectual é intuição moral, pela qual o indivíduo se eleva à mais alta consciência de si mesmo, para Schelling, a intuição intelectual é uma intuição estética: o artista atinge a liberdade numa harmonia reencontrada; é a arte que revela o absoluto.⁴

Com o chamado “sistema de identidade” pretendeu mostrar a ideia de um absoluto que é anterior à natureza e à mente, a que ele chama “Deus”: este não é nada mais do que “autoafirmação” infinita, sua realidade sendo dada pelo fato de que ele

⁴ HYPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995, p.15.

concebe o conceito (“a ideia”) de si.⁵ É Deus, logo, quem cria as coisas, ao pensá-las. Para Schelling, dentro da natureza e da mente deve-se constituir uma esfera preponderantemente objetivo-real, uma esfera subjetivo-real e a esfera da indiferença do ideal e do real.⁶

Schelling sustentou a possibilidade de conhecimento do absoluto, entretanto, em toda a sua trajetória não demonstrou o caminho para tal feito. Exerceu influência na filosofia de Hegel através da sua noção do idealismo objetivo e da identidade do sujeito e do objeto, na consciência do absoluto.

Fazendo um breve paralelo dos pensamentos de Schelling e Hegel, é interessante lembrar que este último via a função da arte como algo meramente histórico, que fora supressumido pela filosofia. Schelling, todavia, atribuía à arte uma função indispensável, impossibilitando que esta fosse supressumida, representando, sim, uma “contra imagem” da filosofia.⁷

2. Hegel e a filosofia da história

a) Súmula biográfica

Em 27 de agosto de 1770, na cidade de Stuttgart, na Alemanha, nasceu Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Era filho de família protestante, seu pai chamava-se Georg Ludwig Hegel e sua mãe Maria-Magdalena. Sua infância foi marcada por uma série de doenças, entre elas a varíola, que deixou marcado o seu rosto. A mãe morreu quando Hegel tinha treze anos, em 1783, acometida por uma grave febre. O pai sempre foi um pouco distante do filho. Apesar de tudo isso, o menino foi um entusiasta da leitura, devorando de literatura a periódicos, o que lhe acrescentou uma erudição assombrosa para sua idade.

No ano de 1778, com 18 anos, iniciou estudos de literatura e filosofia gregas e teologia no Seminário de Tübingen, onde foi colega de Friedrich Schelling. Os dois

⁵ WERLE, Marco Aurélio e GALÉ, Pedro Fernandes. *Arte e filosofia no idealismo alemão*. São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 108.

⁶ “A indiferença do real e do ideal somente é alcançada pela atividade do espírito através da apresentação simbólica, que vai dizer que ‘nem o universal significa o particular, nem o particular o universal, mas... ambos são absolutamente um’”. Em WERLE, Marco Aurélio e GALÉ, Pedro Fernandes. *Op. Cit.*, pp. 110-111.

⁷ *Idem*, p. 119.

solidificaram uma forte amizade e plantaram juntos uma “Árvore da Liberdade” para saudar o início da Revolução Francesa.

Hegel renunciou à profissão de pastor porque acreditava não ter vocação para desempenhar essa atividade. Ao deixar o seminário, passou a exercer a função de professor particular, até mudar-se para Berna, na Suíça. Em 1776, foi para a cidade de Frankfurt, na Alemanha, onde trabalhou como preceptor de famílias ricas.

Com a morte de seu pai, no ano de 1779, herdou um pequeno patrimônio que lhe proporcionou condições de se dedicar inteiramente aos estudos. No ano de 1801, tornou-se livre-docente na Universidade de Jena, com apoio de Schelling e por recomendação de Goethe.

Napoleão invadiu e dominou a Prússia, em 1806, o que agradou a Hegel, que achava o governo corrupto. O filósofo se referia a Napoleão como a “alma do mundo”.

Entre 1807 e 1808, Hegel foi diretor de um jornal na cidade de Bamberg.

Publicou neste período a Fenomenologia do Espírito. Até este momento, Hegel, então com 37 anos, era considerado somente um discípulo de Schelling, mas depois da publicação inaugurou o idealismo absoluto e tornou-se, finalmente, um pensador original, criticando aspectos da filosofia de Kant, Fichte e, inclusive, de seu amigo de longa data, Schelling, com quem rompeu a partir daí.

Em sua obra, Hegel estabeleceu uma divisão da Ciência, em: lógica, ou metafísica, ou ciência da idéia em si e para si; filosofia da natureza, ou ciência da idéia em sua existência exterior a si mesma; e filosofia do espírito, ou ciência da idéia que, após a sua exteriorização, volta a recolher-se em si mesma.

Acerca da formação da consciência, Hegel estabeleceu um processo, que se desdobra em três momentos: o das relações morais, o da linguagem e o do trabalho. As relações morais explicam o papel que o Outro exerce na formação da consciência de um indivíduo. Ou seja, o indivíduo só se reconhece quando o Outro o reconhece. E este, por sua vez, depende do reconhecimento daquele para se reconhecer como tal. O trabalho mostra a maneira com que o homem interage com a natureza, considerando-a objeto donde extrai os meios de sua subsistência.

Hegel tinha como característica mais importante de sua filosofia ter alcançado a plenitude do processo dialético. Este, em poucas palavras, pressupõe tese, antítese e síntese, sendo observado no hegelianismo da seguinte maneira: tese, a idéia absoluta ou razão, o “eu”; antítese, o sair de si da idéia, a natureza, o “não eu”; síntese, a regeneração da idéia no espírito, o “eu absoluto”.

Em 1811, casou com Marie von Tucher, 22 anos mais nova do que ele. Hegel já tinha um filho ilegítimo, chamado Ludwig, que nasceu em 1807. Durante seu casamento teve dois filhos, o mais velho de nome Karl, que foi um destacado historiador, e Immanuel, o teólogo. Aparentemente teve uma vida conjugal muito feliz.

Tornou-se professor da Universidade de Heidelberg e, em 1818, foi chamado para Berlim, para ocupar a cátedra de filosofia, que estava vaga desde a morte de Fichte. Fez muito sucesso, com aulas aplaudidas por muitos alunos e ouvintes ilustres, apesar de ser um mau orador.

Passou a ocupar o cargo de reitor da Universidade, em 1829.

Uma epidemia de cólera obrigou Hegel a retirar-se de Berlim e refugiar-se nas vizinhanças da cidade. Ao retornar para assumir suas atividades acadêmicas, contraiu a doença e morreu em 14 de novembro de 1831. Grande admirador de Fichte, Hegel teve seu pedido atendido e foi enterrado ao lado dele.

b) Filosofia da história

Na filosofia da história, Hegel apresenta que “o que é racional é real-efetivo”. Verdadeiro filho do romantismo, ao receber a cátedra de Heidelberg – o centro do romantismo nacional alemão –, trás para si grandes grupos de discípulos, os quais seguiram o hegelianismo.

Para Hegel, ao contrário de Schelling e outros românticos da época, a “razão do mundo” consiste na soma de todas as manifestações humanas, visto que apenas o homem tem espírito. Neste conceito, discorre sobre o percurso do espírito do mundo dentro da história, onde aborda sobre a vida, os pensamentos e a cultura dos homens.

Kant mostrava uma verdade inatingível, porém levava a refletir que esta verdade é fundamentalmente subjetiva onde nega que possa existir uma verdade acima ou além da razão humana.

Os filósofos anteriores a Hegel – Descartes, Espinosa, Hume e Kant – estudam a natureza profunda e eterna da vida, o fundamento de todo conhecimento humano, os seus pressupostos intemporais. Hegel discorda dessa teoria, pois acredita que não existem verdades eternas, não há uma razão intemporal. Mesmo a história sendo mutável, Hegel afirma que o único ponto fixo em que o filósofo pode se basear é a sua própria história.

Procura, com isso, trazer a filosofia para um conceito mais concreto, explicar a evolução da história através da filosofia. Assim, tem-se que a história do pensamento ou da razão nada mais é do que um reflexo de todas as idéias que gerações de pessoas conceberam anteriormente a cada um de nós. Podemos então constituir a razão como algo dinâmico e dentro de um verdadeiro processo de transformação, não tornando as verdades anteriores em falsas ou irracionais. Apenas verdades condizentes a momentos históricos que pertenceram.

Com Hegel assumimos a noção de uma ideia de razão progressista, que se encontra em constante expansão e desenvolvimento. O espírito do mundo desperta progressivamente para a consciência de si mesmo, cada vez mais consciente de seu valor intrínseco, obtido com a cultura e desenvolvimento humano, culminando num desenvolvimento, dentro da história, da racionalidade e liberdade progressivamente maiores.

Por esta razão não se pode afirmar que o conceito filosófico deste ou daquele pensador é certo ou errado, pois se assim for feito, estaremos pensando de uma maneira anti-histórica; não se pode retirar nenhuma filosofia ou idéia de seu contexto histórico.

c) *Volksgeist e Zeitgeist*

Ambas as palavras de origem alemã, *Volksgeist* e *Zeitgeist* podem ser traduzidas, respectivamente, como “espírito de um povo” e “espírito de uma época”. Estes dois termos eram bastante utilizados na filosofia hegeliana, vez que Hegel tinha por base de sua filosofia o povo – não o indivíduo em sua singularidade – e o contexto em que este povo viveu.

Para a filosofia hegeliana o indivíduo, em sua unidade, é somente uma abstração; o que de fato é concreto e universal é o povo, a vida de um povo. Dito isso, resta esclarecer do que se trata a vida de um povo. Para Hegel o homem só é na medida em que o Outro o reconhece, de modo que nasce para viver na coletividade, no povo. “O homem vê a carne da sua carne na mulher”, de modo que a família, para Hegel é uma antecipação do espírito de um povo. É, na visão de Hegel, o espírito de um povo –

espírito do mundo⁸ – que faz transigir o ser e o dever-ser. Justamente por isso é que Hegel elogia Montesquieu, que teve a sua obra, *O espírito das leis*, criada “a partir de uma intuição da individualidade e do caráter dos povos”, isto porque escreveu, nessa obra, que as leis de uma nação são tão adequadas para esta, que somente por grande acaso o servirão à outra nação.⁹

Da mesma forma, o espírito de uma época é fator determinante para compreender a filosofia hegeliana. O *Zeitgeist* é o momento, o contexto em que o espírito está inserido; é uma crítica direta que Hegel faz a todos os sistemas filosóficos anteriores ao seu, que estabeleciam critérios imutáveis para o estudo da filosofia e o que o homem pode conhecer, sem levar em consideração o momento em que isso ocorreria. O *Zeitgeist* é, em outros termos, o espírito que paira sobre determinada época; é como um espectro que se sustenta em determinado período. Hegel, julgando ser impossível o homem delimitar o conhecimento em verdades eternas, defendia que inexistem verdades que não estejam diretamente vinculadas ao tempo, ao momento, ao contexto histórico de dada época. Ou seja, a filosofia está atrelada à própria história e, assim como esta, é dinâmica, estando em constante movimento, não podendo, portanto, se limitar a uma verdade única e eterna.

Michael Löwi¹⁰, em estudo acerca do historicismo¹¹, aponta que as ideias essenciais desta corrente são as de que todo fenômeno, de qualquer natureza, “não pode ser compreendido senão através de sua historicidade”¹² – o *Zeitgeist* para Hegel – e que o estudo deste instituto é importante justamente por existirem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos.

O historicismo, de forma geral, busca “apreender a totalidade e o qualitativo”¹³. Nesse sentido, Ranke, pai da historiografia alemã moderna dizia que sua obra não fazia nada além de demonstrar os fatos históricos “tal como eles realmente se passaram”.

⁸ É prudente fixar aqui que o “espírito do mundo” de que Hegel trata, difere daquele empregado por Schelling e outros românticos. Na filosofia hegeliana este termo trata da soma de todas as manifestações humanas, isto é, do espírito que só o homem dispõe.

⁹ HYPOLITE, Jean. *Op. Cit.*, p. 24.

¹⁰ LÖWI, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Mückhausen*. São Paulo: Cortez, 2000.

¹¹ A historicidade é compreendida em dois momentos: o historicismo conservador, na sua origem, no fim do século XVIII, como uma corrente reacionária, mas que constituiu importante passo para a compreensão da historicidade dos fatos sociais; e o historicismo relativista, perto do fim do século XIX, que passou a questionar todas as instituições sociais e formas de pensamento como historicamente relativas. *Idem*, pp. 66 -70.

¹² *Idem*, p. 65.

¹³ *Idem*, p. 67.

O historicismo conservador acaba sendo permeado por um relativismo, porquanto todo fenômeno social ou cultural é histórico, portanto, limitado no tempo. Por conseguinte, o ponto de vista do historicismo acaba por ser historicamente relativizado – aqui se verifica uma íntima ligação entre o historicismo e o *Zeitgeist* empregado por Hegel em sua filosofia: os fenômenos se limitam no tempo, na época.

Wilhelm Dilthey, representante do historicismo relativista, conclui com coerência que “cada visão de mundo é historicamente condicionada, portanto, limitada, relativa [...]. Cada uma exprime, nos limites de nosso pensamento, uma dimensão do universo [...]”¹⁴.

d) A Fenomenologia do Espírito

Hegel em sua obra, *A Fenomenologia do Espírito*, busca compreender a alma no plano humano e divino, no plano da consciência singular e no plano da consciência universal, tudo ao mesmo tempo. Descreve o itinerário da alma que se eleva a espírito por meio da consciência; descreve a história do espírito humano: da consciência do conhecimento comum ao saber absoluto. Hegel concebe que é necessário saber lidar com as contradições, já que estas vêm refutar afirmações e trazer uma nova concepção da consciência do real, de modo que aquelas são suprassumidas, isto é, negadas na idéia original, mas conservadas na sua essência profunda.

O saber absoluto não é algo inacessível ao saber, mas é o saber de si mesmo no saber da consciência: a auto-reflexão. O saber fenomênico é o saber progressivo que o absoluto tem de si mesmo.

Na metáfora, “A dialética do Senhor e do Escravo”, Hegel quis mostrar o processo da identidade da consciência em sua luta pelo reconhecimento pelo outro, que se dá em um único sujeito com duas - ou mais – consciências.

Primeiramente uma consciência, a do Senhor, tenta submeter a outra ao tê-la como objeto, o Escravo, não obstante, ao mesmo tempo, por depender do reconhecimento desta, indiretamente a concebe também como sujeito. Assim, essa outra consciência, o Escravo é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. O objetivo é sempre a dominação de uma consciência pela outra.

¹⁴ *Idem*, p. 72.

Ou seja, o senhor submete o escravo, contudo, depende que este o reconheça como senhor, reconhecendo, implicitamente, que o escravo é também sujeito. Este último, assim, é reconhecido como sujeito pelo senhor e para este trabalha, garantindo a sua existência.

Assim, invertem-se, dialeticamente, as posições das consciências e quem antes era sujeito, agora se reduz a mero objeto e o objeto se eleva a sujeito.

O francês Jean Hyppolite destaca de tal metáfora a sua notável beleza e importância política: consiste, essencialmente, em mostrar que o senhor revela-se, em sua verdade, como o escravo do escravo e o escravo como senhor do senhor.

3. Chaves para compreensão da Fenomenologia do Espírito

a) Dialética hegeliana

Uma das afirmações que Hegel fazia era que a realidade poderia ser completamente compreendida através do exercício da dialética. Com ela poderíamos alcançar a verdade.

Trata-se de um sistema lógico, composto pela síntese e antítese. Ou seja, pelas contradições lógicas, nas quais, pode-se chegar a um acordo. Esse acordo seria a síntese da idéia absoluta, que Hegel dizia ser o espírito. Quando exercitamos a dialética e encontramos a idéia absoluta avançamos no conhecimento.

Ao estudar o direito, também devemos estudar as condições sociais em que aquele povo vive. Não se pode chegar a uma verdade enquanto não forem confrontadas as crenças pré-concebidas, com as idéias nascentes, de estudos diretamente ligados às idéias em foco.

- A dialética do Senhor e do Escravo

Nessa metáfora, Hegel pretende demonstrar o processo da identidade da consciência em sua luta pelo reconhecimento pelo outro (a outra consciência). Verifica-

se, porém, através de leitura da Fenomenologia, que essa luta pelo reconhecimento se dá, em verdade, em um único sujeito com duas – ou mais – consciências.¹⁵

Primeiramente uma consciência – Senhor – visa submeter a outra ao tê-la como objeto – Escravo –, não obstante, ao mesmo tempo, por depender do reconhecimento desta, indiretamente a concebe também como sujeito. Assim, essa outra consciência – escravo – é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Dessa maneira, as consciências se provam em uma luta de morte (dominação).

Ou seja, o senhor submete o escravo, contudo, depende que este o reconheça como senhor, reconhecendo, implicitamente, que o escravo é também sujeito. Este último, assim, é reconhecido como sujeito pelo senhor e para este trabalha, garantindo a sua existência.

Ora, dessa maneira o escravo supera sua condição de consciência submetida à do senhor, enquanto este, dependendo do reconhecimento e do trabalho daquele, se rebaixa a uma condição inferior.

Assim, invertem-se, dialeticamente, as posições das consciências e quem antes era sujeito, agora se reduz a mero objeto e o objeto se eleva a sujeito.

b) *Aufheben*

Hegel não aceita os moldes kantianos, que se utilizam de um instrumento ou meio para obter conhecimento. Para ele, à medida que nossa consciência é solicitada, é conjuntamente questionada sobre a veracidade de tais informações, estando sempre em comparação o saber – saber fenomenal – e o objeto apresentado.

Estas constantes contraposições formam uma sequência de figuras, uma dialética necessária, para a consolidação da consciência como conhecimento, de tal forma que a verdade está nas coisas ao passo que o conhecimento resulta de seu recebimento.

O ato de construir o conhecimento consiste na sensação, obtida pelas impressões que o mundo externo causa, a qual Hegel denomina de certeza sensível. No entanto, o eu do conhecimento é universal, a certeza sensível encontra-se baseada no saber sensível que diferencia para cada um.

¹⁵ 178 "O desdobramento do conceito dessa unidade espiritual, em sua duplicação, nos apresenta o movimento do reconhecimento." Cap. IV - A, pg. 126. Em HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*.

À medida que Hegel avança em seu estudo, fica cada vez mais evidente que a consciência, mesmo estando baseada no sujeito, fica condicionada a sensações diferentes de cada sujeito, que são igualmente verdadeiras, pois que não há uma verdade única sobre a consciência.

Numa busca pela certeza sensível, como última opção, ele aposta na união de sujeito e objeto, no seu ato de conhecimento. O que não elimina o problema em si, uma vez que a consciência continua a oscilar entre objeto e sujeito.

As idéias, para Hegel, sempre são contestadas, o que faz parte da evolução, resultando em realizações mais plenas. *“Hegel fala de "universal condicionado" por causa dessa dependência estrita da experiência sensível. A linguagem comum se move nesses universais. O engano é pensar que desvendam a essência das coisas, que sejam a verdade real.”*¹⁶

Procurando uma melhor forma para definir sua filosofia, Hegel emprega o termo básico *Aufheben*, que Paulo Meneses traduz como *suprassumir*, outros doutrinadores traduzem como suprassunção, termo que procura definir uma preservação e mudança ao mesmo tempo.

Para Hegel, o sentido da palavra concentra-se em anular, abolir, suspender, conservar e preservar, ou seja, o *Aufheben* procura explicar a tensão entre a tese e a antítese.

Nasce uma idéia (tese), uma idéia contrária (antítese) surgirá naturalmente; a tensão entre as duas gerará a síntese, ou seja, as contradições surgem para aprimorarmos as idéias. À medida que isto ocorre, inevitavelmente negamos a figura original e conservamos, num plano superior, o cerne da idéia principal. Este seria o *Aufheben* em Hegel.

Aufheben é utilizado por Hegel como um termo básico para sua filosofia, onde podemos de diversas formas empregá-lo, tendo como base o sentido de contradição, como se tivéssemos uma negação determinada que possui um resultado positivo. Dentro da concepção desta negação determinada, o que primeiro se procura fazer com relação ao sensível é negar a singularidade, porém manter quanto a sua determinidade.

¹⁶ MENESES, Paulo. *Hegel e a Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 23.

Utiliza-se tanto para conceitos como para coisas o termo *Aufheben*, o resultado do que é suprassumido, o todo em que ele e seu oposto sobrevivem como momentos é superior ao que foi suprassumido.

Para melhor exemplificar: em nossos primeiros momentos de vida, de reconhecimento do mundo, através do saber sensível vamos aos poucos tomando consciência do que estamos vendo, fazemos nossas próprias leituras dos objetos e o que tomamos como verdade, seria uma verdade nossa, crenças nossas. Com o passar do tempo aprimoramos nossas crenças para crenças mais ponderadas. Para Hegel este é o momento do *Aufheben*, onde algo é suprassumido em sua individualidade e preservado em sua essência.

c) “Espírito” (*Geist*)

Hegel utiliza o conceito de *Geist* de diversas formas, tentando sistematizá-las na maior parte de seus significados como, em um sentido geral, significando a mente humana e seus produtos, diferente da idéia de natureza e diferente da idéia de lógica; em um sentido mais limitado, como o espírito subjetivo, que contém a vida psicológica individual, abrangendo desde a alma natural até o pensamento e a vontade; e em um sentido ainda mais estrito, incluindo as características intelectuais da psiquê, abrangendo desde a intuição até o pensamento e a vontade, não considerando a alma e o sentimento.

Segundo Inwood¹⁷ “A “*FENOMENOLOGIA de Geist*” (*Enc. III, §§ 413-39*) *cobre esse mesmo terreno, mas com destaque para a CONSCIÊNCIA de OBJETOS por parte do espírito; em FE, também inclui o espírito OBJETIVO e ABSOLUTO*”.

O espírito objetivo é o espírito comum de um grupo social unificado em seus costumes, leis e instituições e impregnado do caráter e da consciência desses indivíduos pertencentes a esse grupo, e o espírito absoluto reúne arte, religião e filosofia: tem uma conotação mais teleológica do que o espírito objetivo e apresenta-se mais relativamente distante da vida social de uma determinada comunidade.

¹⁷ INWOOD, Michael. Dicionário de Filósofos: Dicionário de Hegel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p.118-119.

Segundo Honneth¹⁸ filosofia da consciência tem-se seguinte referência sobre Espírito: *“Como seu traço fundamental e determinante, ele considera agora, sob uma influência renovada de Fichte, a capacidade particular de ser “nele mesmo ao mesmo tempo o outro de si mesmo”:* cabe ao espírito a propriedade da autodiferenciação, no sentido de que ele é capaz de fazer de si o outro de si mesmo e retornar para si mesmo. Mas se uma tal operação não é pensada com ato único, e sim como forma de movimento de um processo, resulta daí o princípio unitário a partir do qual Hegel pode esclarecer a construção da realidade: o que subjaz a todo o processo como uma lei de formação sempre igual é aquele duplo movimento de exteriorização e de retorno a si mesmo em cuja repetição permanente o espírito se realiza passo por passo. Mas, visto que esse processo de desenvolvimento já é em si um processo de reflexão, ou seja, já se efetua na forma de diferenciações intelectuais, a análise filosófica só precisa por sua vez reconstituí-lo com exatidão suficiente para chegar ao seu objetivo sistemático, pois, tão logo tenha reconstruído metodicamente todas as etapas daquele processo de formação, ele terá chegado de modo conseqüente ao ponto final, em que o espírito se diferenciou completamente e, nesse sentido, alcançou um saber “absoluto” de si mesmo. Por isso a construção de todo o empreendimento hegeliano já passa a reproduzir o processo de realização do espírito da mesma maneira que será o caso mais tarde, no sistema definitivo; portanto sua teoria já abrange – se não na execução, pelo menos na idéia – três grandes partes de uma lógica, de uma filosofia da natureza e de uma filosofia do espírito, nas quais o espírito é exposto segundo uma série, de início em sua constituição interna como tal, depois em sua exteriorização na objetividade da natureza e finalmente em seu retorno à esfera de sua própria subjetividade.”

Hegel considerou que esses diversos sentidos de *Geist* fossem pensados como em um sistema, relacionados no desenvolvimento único de um *Geist* pelas suas seguintes características: 1) *Geist* significa pura atividade; 2) estende-se em formas cada vez mais abrangentes e superiores, assimilando o estágio anterior; e 3) apropria-se do outro e da natureza e completa-se neles.

d) Reconhecimento: *Anerkennen* e *Erkennen*

¹⁸ HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 69-70.

Na medida em que Hegel se ocupa da luta pelo Reconhecimento, não está tratando de reconhecer problemas de outras mentes, em ver outros como pessoas, e outros a nos ver como pessoas; trata da forma como nos tornamos uma pessoa plena através do reconhecimento da nossa situação, ou seja, do nosso *status*.

De acordo com Kant, Fichte e Schelling o problema das outras pessoas é em primeiro lugar um problema prático ou moral. Outras pessoas surgem em cena onde são vistas como pessoas que se encontram no mesmo estado de igualdade, porém, a minha identificação intelectual delas como pessoas é menos problemática do que o modo como devo me comportar em relação a elas.¹⁹

Fichte sustentou que a razão para a existência de outras pessoas e a justificação de nossa crença nelas é primordialmente moral, e que as outras pessoas existem para estabelecer coerções morais na conduta do Eu e também conceder espaço para suas diligências morais.

Schelling acreditou que é necessário o nosso reconhecimento de outros para acreditarmos num mundo objetivo, que é percebido tanto pelos outros quanto por nós mesmos, e que não requer a nossa presença ou a nossa consciência para o outro existir.

Hegel, diferentemente dos outros filósofos trouxe inovações, pois considerou as relações interpessoais não de forma primordialmente moral, e o reconhecimento recíproco como mais do que simples exigência de moralidade.

Hegel associa o reconhecimento à autoconsciência, e em determinadas ocasiões associa com a pessoa. Procura não só responder a questão do que é requerido para a autoconsciência, mas também como se originam as relações sociais. Postula também uma luta quase Hobbesiana por reconhecimento (O Homem é o lobo do próprio homem), e esta luta pertence ao estado de natureza. Nas sociedades modernas a reconhecimento é assegurada por outros meios que pode ser combinada através de uma narrativa com uma variedade de fatores distintos. Por exemplo, para distinguir-se de sua condição natural, sua VIDA, o combatente deve correr o risco de MORTE, mas também podemos enfrentar a morte de forma consciente por iniciativa própria com ou sem a presença de outros, com ou sem o reconhecimento por parte de outros deste risco que corremos.

¹⁹ INWOOD, Michael. Dicionários de Filósofos: Dicionário Hegel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Portanto, na busca pelo reconhecimento, o que é requerido na autoconsciência é o reconhecimento como pessoa, e no caso do combatente a reconhecimento se dá no sentido de um reconhecimento especial de seu valor em contraste com o de outra pessoa.

Essa intenção é derrotada se for recíproca, e frustrada se for unilateral, uma vez que o reconhecimento só tem valor na medida em que aceita o valor de reconhecer; se este não for reconhecido pelo que recebe o seu reconhecimento, o seu reconhecimento é desprovido de qualquer valor.

Devido ao caráter dúbio de *Anerkennung* (Reconhecimento), Hegel combina três questões distintas:

- Porque a autoconsciência requer que eu reconheça outras pessoas e seja reconhecida por elas? Ser autoconsciente ou uma pessoa é estar cômico de si como um eu em contraste com os seus estados corporais e psicológicos. É estar refletido em si mesmo e não existir simplesmente como uma interminável proliferação de desejos. Portanto, a primeira tentativa para restabelecer a autoconsciência é satisfazer o seu desejo, mas a reflexão no próprio eu requer que seja refletido para algo que não seja visto simplesmente como objeto para o meu consumo e sim para uma outra pessoa em igualdade de condições com o meu próprio eu.

- Porque exige que eu reconheça e seja reconhecido por outros? Porque a minha reflexão sobre mim mesmo vinda de outra pessoa requer que ela reconheça ou atente em mim como pessoa e não que somente eu a veja como pessoa. O respeito a si mesmo requer esta confirmação por outros, por exemplo, pessoas que são depreciadas por outros tendem a se depreciar também. Para ser autoconsciente a pessoa deve reconhecer outras.

- Porque requer que eu seja reconhecido especialmente por outros? Para dar sentido de auto-afirmação; fusão de autoconsciência e conflito num estado de natureza hobbesiano; crença de que para transcender o eu natural (desejos) e ser refletido em si mesmo como um eu puro é necessário que sujeitemos a um agente externo e sejamos disciplinados por ele.

De acordo com Hegel não bastava que o vencedor provasse o seu valor na batalha, e também não bastava a ele a aceitação da submissão por parte dos escravos, visto que estes eram desprezíveis e com condição inferior. O vencedor procurava ser reconhecido como um valente por parte dos outros vencedores, pelos chefes de outros estados, enfim, por aqueles que eram os seus pares.

E de que forma conseguir este reconhecimento sem recorrer à espada? Desta forma, os estados sempre estarão condicionados à guerra, de maneira que tem buscar adversários em algum lugar para mostrar a eles e aos outros o seu valor e assim alcançar o respeito devido.²⁰

Referências bibliográficas

BARRCLOUGH, Geoffrey. *Europa uma Revisão Histórica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964.

CABALLERO, Alexandre. *A Filosofia através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1972.

DROZ, Jaques. *História da Alemanha*. Lisboa: Europa América, 1999.

EDUCATERRA. *Hegel, Guerra e Reconhecimento*. 2004. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2004/02/09/001.htm>> acesso em: 05 out. 2010.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

FEST, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

GILES, Thomas Ransom. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: EPU, 1979.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOUAISS, Antonio. *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

HYPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

INWOOD, Michael. *Dicionário de Filósofos: Dicionário de Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LÖWI, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Mückhausen*. São Paulo: Cortez, 2000.

²⁰ EDUCATERRA. **Hegel, Guerra e Reconhecimento**. 2004. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2004/02/09/001.htm>> acesso em: 05 out. 2010

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MENESES, Paulo. *Hegel & A Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WERLE, Marco Aurélio e GALÉ, Pedro Fernandes. *Arte e filosofia no idealismo alemão*. São Paulo: Barcarolla, 2009.